



TRABALHO

Rodrigo Cunha sanciona pacote de leis e promove reestruturação de carreiras dos servidores de Maceió



DESORGANIZAÇÃO INÉDITA

Capricho por manter todas as cartas na mão deixa aliados em espera, abre crises internas e faz grupo tucano chegar ao pós-convenção sem uma chapa definida

O jogo embaralhado de JHC: ambição por controle total transforma chapa do PSDB em uma 'bagunça jurídica'

CAOS EM MACEIÓ



Após Nikolas nascer prematuro na recepção da unidade, familiares e pacientes relatam demora no atendimento, superlotação e problemas na estrutura da maternidade

Morte de bebê expõe denúncias, descasos e tratamento diferenciado entre Marina Candia com mães desassistidas no Hospital de JHC

NOCAUTE

Vereador reivindica número usado por Canuto e dispara críticas nos bastidores

Briga pelo “4500” coloca Kelmann Vieira contra ex-campeão mundial de kickboxing Eduardo Canuto no ringue político do PSDB



VÍCIO EM CRIMES

Revista aponta João Caldas em reunião com bicheiro e contraventor que deu origem a jogos de azar

Encontro com contraventores e político alagoano é descrito como “marco zero” da legalização das apostas



Gaspar vira motivo de preocupação interna no PL; aliados questionam se escolha pode transformar a chapa presidencial em alvo de desgastes



PÉSSIMA REPUTAÇÃO

Escolha de Alfredo Gaspar como vice de Bolsonaro gera revolta dentro da própria direita; provando do mesmo veneno

MANDATOS EM XEQUE

Vereadores que trocaram PL pelo PSDB enfrentam nova batalha judicial em Maceió

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

JHC e a política das cartas escondidas

A política tem seus tempos, seus acordos e, sobretudo, suas escolhas. Em Alagoas, porém, o grupo comandado por JHC parece ter descoberto uma fórmula diferente: adiar decisões enquanto todas as possibilidades permanecem sobre a mesa. A estratégia pode até preservar margem de manobra, mas também produz um efeito inevitável. Quanto mais tempo se leva para definir a chapa, maior fica o desgaste entre aqueles que aguardam uma resposta.

A convenção da Federação PSDB/Cidadania terminou, mas justamente o que deveria estar resolvido continuou em aberto. Governo, vice e Senado permanecem submetidos a uma engenharia política que parece não encontrar ponto final. A ata aprovada pelos convencionais ampliou a autonomia da Executiva para mexer na composição até o prazo de registro. Na prática, JHC preservou espaço para decidir mais adiante, mantendo sob seu comando as peças mais importantes da

disputa.

O problema dessa estratégia é que política não se faz apenas com controle. Também depende de confiança, previsibilidade e capacidade de construir compromissos. Ronaldo Lessa chegou a ser tratado como escolhido para a vice e falou publicamente sobre a possibilidade. Depois, o cenário mudou e nomes ligados ao PL passaram a aparecer no radar. Cada alteração alimenta uma nova versão e, com ela, aumenta a sensação de que nada está realmente definido.

Para quem está fora da mesa de decisões, a espera deixa de parecer prudência e começa a ser interpretada como falta de direção. Vereadores, candidatos proporcionais e lideranças que precisam organizar suas próprias campanhas não podem permanecer indefinidamente aguardando a próxima movimentação do comando. O calendário eleitoral avança independentemente das conveniências

internas de qualquer grupo.

A insatisfação de Kelmann Vieira expõe justamente esse desconforto. Ao cobrar participação e respeito nas decisões do partido, o vereador torna público um incômodo que dificilmente nasceu de um episódio isolado. Quando aliados começam a reclamar do processo de construção da chapa, o problema deixa de ser apenas uma escolha eleitoral e passa a atingir a relação entre comando e base.

JHC parece querer chegar ao momento decisivo com todas as cartas nas mãos. O risco está em descobrir que, enquanto segura cada peça, pode deixar escapar justamente aquilo que nenhum dirigente consegue garantir sozinho: a disposição dos aliados de permanecerem esperando. Na política, controlar a última palavra pode ser uma vantagem. Transformar toda definição em uma decisão de última hora, porém, pode custar caro ao próprio projeto que se pretende proteger.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Eudo Freire: DC mantém indicação de João Caldas como 1º suplente de Arthur Lira

Presidente estadual do que o candidato ao Senado Democracia Cristã (DC) em Arthur Lira, “como grande Alagoas, Eudo Freire afirma político, tem que pensar nisso



direitinho”.

Como as atas das convenções partidárias permanecem abertas para alterações até o próximo dia 15, ainda é possível haver mudanças nos nomes apresentados pelas chapas.

Arthur Lira indicou o empresário Luiz Romero Farias para a primeira suplência. Caso a substituição não ocorra, o DC já decidiu lançar João Caldas como candidato ao Senado.

Na avaliação de Eudo Freire, uma eventual mudança seria positiva, pois João Caldas teria maior densidade eleitoral do que Luiz Romero.

“Ele construiu politicamente a trajetória dos filhos: JHC (PSDB), candidato ao Governo de Alagoas, e o ex-deputado federal Dr. JHC.

Também articulou a eleição da senadora Eudócia Caldas, foi prefeito, exerceu três mandatos

de deputado federal e ainda contribuiu para a indicação da irmã, Marluce Caldas, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, afirmou.

Na quarta-feira (5), quando o DC tornou pública a intenção de ocupar a primeira suplência, a assessoria de Arthur Lira informou ao blog que “João Caldas não será primeiro nem segundo suplente. Ou seja, João Caldas não integrará a chapa de Arthur Lira ao Senado em nenhuma posição.”

Apesar da negativa oficial, várias fontes informaram ao blog que o assunto continua em discussão, envolvendo tanto aspectos políticos quanto familiares.

O que hoje parece um grande problema pode se transformar em solução a qualquer momento.

Ou não.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS
PERFIS.
SOMOS
CONTEÚDO.



Enquanto as redes
vendem versões,
os jornais
entregam fatos.



Não publicamos o que
viraliza — divulgamos
o que importa.



O que incomoda
interesses, fortalece
a sociedade.



Menos ruído.
Mais apuração.



SAIA DAS
REDES.



LEIA
JORNAIS.



ENTENDA A
REALIDADE.

Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas,
o jornalismo profissional é o que conecta você à realidade.

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

DESORGANIZAÇÃO INÉDITA

Capricho por manter todas as cartas na mão deixa aliados em espera, abre crises internas e faz grupo tucano chegar ao pós-convenção sem uma chapa definida

O jogo embaralhado de JHC: ambição por controle total transforma chapa do PSDB em uma 'bagunça jurídica'

A política alagoana vive um dos momentos mais atípicos dos últimos anos: uma convenção partidária terminou, alianças foram anunciadas, mas os principais nomes da chapa continuam envoltos em dúvidas. No centro da confusão está o ex-prefeito de Maceió, JHC (PSDB), acusado por adversários e aliados insatisfeitos de tentar concentrar todas as decisões e prolongar definições estratégicas em nome de um projeto pessoal.

A convenção da Federação PSDB/Cidadania, realizada na quarta-feira (5), oficializou a estrutura partidária, mas deixou justamente os pontos mais importantes em aberto: quem disputará o Governo de Alagoas, quem ocupará a vice e quais serão os nomes das duas vagas ao Senado.

A ata aprovada pelos convencionais transferiu a decisão para a Comissão Executiva da federação, ampliando o poder da direção partidária e, na prática, mantendo JHC como principal responsável pelas escolhas finais.



O documento autorizou a direção a fazer ajustes na composição da chapa, indicar candidatos e conduzir mudanças até o prazo final do registro eleitoral.

O resultado foi um cenário de incerteza que chamou atenção até de analistas políticos experientes. Marcelo Bastos afirmou que nunca havia presenciado uma indefinição desse tamanho na política alagoana, mesmo após a realização das convenções partidárias.

Segundo o analista, o grupo tucano chegou a esse momento sem conseguir apresentar uma composição definitiva, alternando nomes e possibilidades para cargos estratégicos.

O caso mais evidente é a vaga de vice. Ronaldo Lessa chegou a ser apontado como nome escolhido e até se manifestou

publicamente sobre a possibilidade. Depois, a articulação mudou de direção e passou a considerar uma indicação ligada ao PL, envolvendo nomes próximos ao deputado federal Alfredo Gaspar.

A sucessão de versões alimentou críticas de que JHC estaria tentando manter todas as possibilidades abertas, evitando assumir compromissos definitivos e buscando a composição considerada mais vantajosa para seu próprio projeto eleitoral.

Para aliados que aguardavam definições, o excesso de cautela começou a parecer falta de comando. Enquanto o grupo tucano discute cenários, lideranças ficam em compasso de espera, sem saber qual espaço ocuparão na disputa.

O problema é que, na política, demora também comunica. A tentativa de

controlar cada peça do tabuleiro pode acabar embaralhando o próprio jogo. O que seria uma demonstração de força e capacidade de articulação passou a transmitir uma imagem de dificuldade para fechar acordos.

A indefinição também abriu espaço para conflitos internos. O vereador Kelmann Vieira, por exemplo, já demonstrou insatisfação com decisões tomadas dentro do PSDB e cobrou respeito e participação nas articulações. Outros aliados passaram a questionar os critérios utilizados para montagem das chapas proporcionais e majoritárias.



Apoiadores aguardaram o início da convenção do PSDB em meio à indefinição sobre a composição eleitoral. A demora provocou irritação entre militantes, enquanto lideranças avaliavam os próximos movimentos do grupo.



Ronaldo Lessa chegou a ser cotado para a vaga, mas a articulação mudou de rumo e passou a considerar um nome ligado ao PL, próximo ao deputado Alfredo Gaspar.



A indefinição ampliou o desgaste interno no PSDB, com Kelmann Vieira cobrando mais respeito e participação nas articulações do partido.

VÍCIO EM CRIMES

Encontro com contraventores e político alagoano é descrito como “marco zero” da legalização das apostas

Revista aponta João Caldas em reunião com bicheiro e contraventor que deu origem a jogos de azar

Uma reportagem da Revista Liberta colocou o nome do ex-deputado federal alagoano João Caldas, pai de JHC, no centro de uma das histórias mais controversas envolvendo a origem das articulações políticas que anos depois levariam à regulamentação das apostas esportivas no Brasil, as chamadas bets. Segundo a publicação, uma reunião realizada em maio de 2016, em Goiânia, teria reunido João Caldas, o então presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, e dois conhecidos nomes ligados à contravenção: Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e Rogério Andrade. O encontro é apontado pela revista como o suposto “marco zero” das discussões políticas sobre a

legalização dos jogos de azar no país.

João Caldas é presidente nacional da Democracia Cristã. A reportagem afirma que o ex-parlamentar teria acompanhado Waldir Maranhão até a residência de Cachoeira, onde estaria sendo debatida uma proposta para liberar diferentes modalidades de jogos, incluindo apostas esportivas, cassinos, bingos e até o jogo do bicho. De acordo com o relato publicado pela Revista Liberta, Maranhão teria viajado em um carro oficial da Câmara até Goiânia, acompanhado de João Caldas, para uma reunião com Cachoeira, que na época cumpria prisão domiciliar e utilizava tornozeleira eletrônica.

Ainda segundo a publicação, Rogério Andrade, apontado como um dos principais nomes do jogo do bicho no Rio de Janeiro, já estaria no local quando os políticos chegaram. A reportagem afirma que a articulação teria partido de Waldir Maranhão, que buscava aproveitar o período em que ocupava interinamente a presidência da Câmara para acelerar um projeto de legalização dos jogos no Congresso.

O encontro, porém, não teria avançado

naquele momento. Conforme a Revista Liberta, Cachoeira teria demonstrado resistência à proposta por considerar que a participação de pessoas condenadas e monitoradas poderia chamar atenção das autoridades e prejudicar a iniciativa. Mesmo sem um acordo naquele encontro, a publicação sustenta que o debate continuou em Brasília e ganhou espaço entre parlamentares nos anos seguintes, até que as apostas esportivas de quota fixa fossem autorizadas e posteriormente regulamentadas pelo governo federal.

A reportagem também atribui a João Caldas um papel de articulador político por sua proximidade com Cachoeira e por ter participado da aproximação entre o ex-presidente interino da Câmara e o empresário goiano. O episódio volta a colocar o nome de João Caldas em evidência no cenário político alagoano, especialmente por sua ligação familiar com JHC, atual liderança do grupo político que disputa espaço nas eleições de 2026.

As informações sobre a reunião e as articulações descritas são de responsabilidade da Revista Liberta.



Carlinhos Cachoeira aparece no centro do encontro que, segundo reportagem, teria marcado o início das articulações políticas pela legalização dos jogos de azar no Brasil.



Rogério Costa de Andrade e Silva é um dos contraventores mais poderosos e temidos do Rio de Janeiro, apontado como líder do jogo do bicho e de máquinas caça-níqueis na cidade.

PÉSSIMA REPUTAÇÃO

Escolha de Alfredo Gaspar como vice de Bolsonaro gera revolta dentro da própria direita; provando do mesmo veneno

A escolha do deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) como candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro abriu uma crise inesperada dentro do campo bolsonarista. O que deveria ser uma solução estratégica para fortalecer a candidatura ao Palácio do Planalto passou a ser tratado por aliados como uma decisão de alto risco, diante do temor de que o passado político do parlamentar alagoano provoque desgastes durante a campanha.

Nos bastidores, integrantes do grupo de Flávio Bolsonaro defendem que a escolha de Gaspar foi uma alternativa encontrada após dificuldades para atrair partidos de maior peso da direita, como PP e Republicanos, que preferiram manter distância da disputa presidencial e concentrar forças nas eleições estaduais e no Congresso.

A indicação também teve

um impacto direto em Alagoas. Gaspar vinha sendo apontado como um dos nomes mais competitivos na disputa pelo Senado e sua saída abriu espaço para o avanço do projeto de Arthur Lira (PP), que passou a ter um caminho considerado menos complicado na corrida por uma das vagas.

A preocupação aumentou após aliados iniciarem uma espécie de revisão sobre a trajetória de Gaspar, em busca de possíveis fatos que possam ser explorados pelos adversários durante a campanha. O receio é que temas envolvendo o deputado acabem desviando o foco da candidatura presidencial e obriguem Flávio a responder constantemente por questões relacionadas ao seu vice.

Gaspar é alvo de acusações apresentadas por parlamentares da base governista envolvendo uma denúncia de suposto estupro de vulnerável. O deputado nega as acusações e afirma que jamais praticou qualquer crime. O caso segue em apuração preliminar.

O episódio mais recente envolvendo o nome de Gaspar ocorreu justamente quando ele ganhou protagonismo nacional como relator da CPMI do INSS. A comissão investigou suspeitas de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas, e o relatório apresentado por Gaspar pediu centenas de indiciamentos, incluindo

medidas contra Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha.

Dentro do grupo bolsonarista, existe uma avaliação de que Gaspar pode ser uma arma política contra o governo Lula, principalmente pela atuação na CPMI e pelo conhecimento acumulado sobre o caso do INSS. Ao mesmo tempo, aliados temem que a estratégia tenha efeito contrário e transforme o vice em uma fonte permanente de explicações.

A escolha também contrariou expectativas de setores da direita que esperavam uma composição com uma mulher, numa tentativa de ampliar o eleitorado da chapa.

Gaspar vira motivo de preocupação interna no PL; aliados questionam se escolha pode transformar a chapa presidencial em alvo de desgastes

Nomes como a senadora Tereza Cristina e a ex-presidente da Caixa Daniella Marques chegaram a ser cogitados antes da definição por Gaspar.

A reação negativa entre parte dos apoiadores revela uma divisão sobre o movimento feito por Flávio Bolsonaro. Para alguns, Gaspar representa um nome com discurso forte contra o governo Lula e capacidade de confronto. Para outros, a escolha adiciona uma vulnerabilidade justamente em uma eleição marcada pela disputa de narrativas e pelo alto grau de exposição dos candidatos.



CAOS EM MACEIÓ

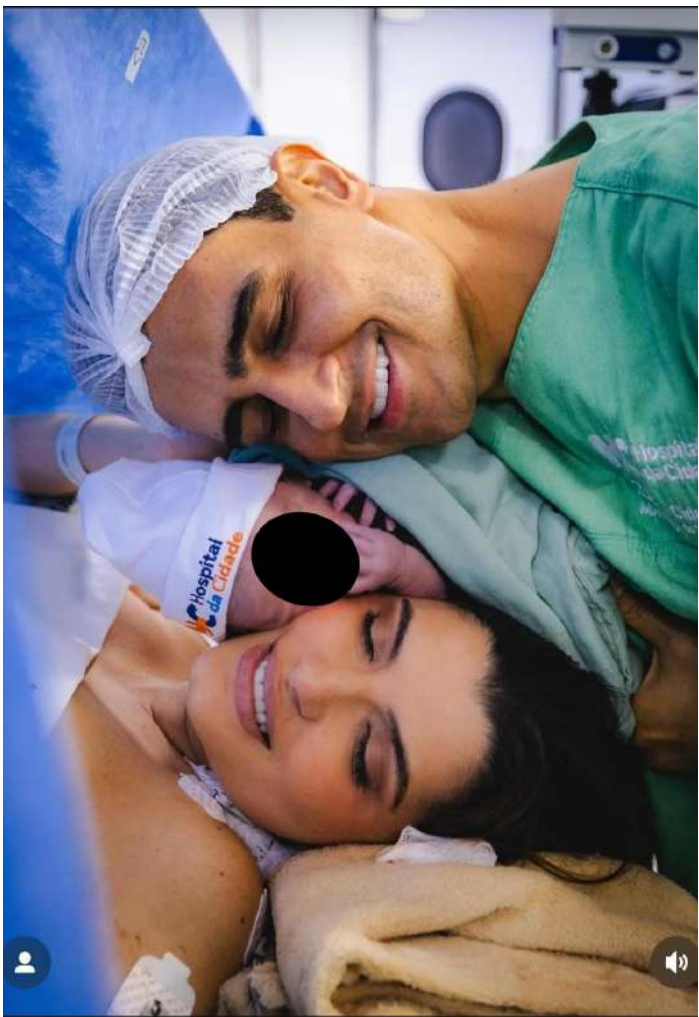
Após Nikolas nascer prematuro na recepção da unidade, familiares e pacientes relatam demora no atendimento, superlotação e problemas na estrutura da maternidade

Morte de bebê expõe denúncias, descasos e tratamento diferenciado entre Marina Candia com mães desassistitidas no Hospital de JHC

A morte do bebê Nikolas, que nasceu prematuro na recepção do Hospital da Cidade, em Maceió, abriu uma crise de denúncias contra o atendimento prestado na unidade de saúde. Após a repercussão do caso, mães, gestantes e familiares passaram a relatar nas redes sociais supostos episódios de demora, falta de acolhimento e dificuldades enfrentadas por pacientes na maternidade.

Segundo o relato da família, a mãe do bebê, Morgana, teria aguardado cerca de uma hora com fortes dores e contrações antes do parto. Sem atendimento imediato, ela acabou dando à luz na área de recepção do hospital. Vídeos divulgados pelos familiares mostram marcas de sangue no chão do local, enquanto parentes afirmam ter ocorrido falha na assistência à gestante.

A tragédia provocou uma onda de manifestações de



outras pacientes que afirmam ter vivido situações semelhantes dentro da unidade. Entre os relatos compartilhados estão denúncias de gestantes que teriam precisado elevar o tom de voz para conseguir atendimento inicial, mesmo apresentando contrações intensas ou sinais de trabalho de parto, como rompimento da bolsa. Também foram relatadas reclamações relacionadas à estrutura física da

maternidade. Pacientes afirmam ter encontrado salas com resíduos de sangue e relatam períodos prolongados de espera por exames e avaliações médicas, muitas vezes sem acomodação adequada. Outro ponto levantado por usuárias do serviço foi a demora no acompanhamento de gestantes consideradas de alto risco. Segundo relatos publicados nas redes sociais, algumas mães teriam aguardado

semanas para conseguir a primeira consulta de pré-natal especializado. As denúncias colocam em debate o contraste entre a estrutura apresentada oficialmente pela unidade e a experiência relatada por pacientes na porta de entrada da maternidade.



rosana_oliveira22 3 h
O atendimento aí é péssimo, eles deixam as gestantes a míngua, quando eu fui eles não queriam me atender ,perguntando se a gestação era de risco , eu me apoiei no balcão cheia de dor e afrente a atendente assim : a gestação da Marina mulher do jhc devia ser de risco num é pra ela ter tudo aqui com direito a vídeo pra Instagram e tudo, eu só saio desse cab@re quando me atenderem , num instante me atenderam

audi_nete40 1 h
Já esta com dois dia que vou pra emergência com minha filha pressão alta batimento do coração alto minha filha esta com 4 mês de gestação médico disse que é ansiedade hospital da cidade isso aconteceu ontem eu tava o bebê caio de cabeça no chão ea notícia né ela morreu

TRABALHO

Medidas criam gratificações, regulamentam carreiras e estabelecem novos planos para agentes de trânsito, Guarda Municipal e fiscais de Obras e Posturas

Rodrigo Cunha sanciona pacote de leis e promove reestruturação de carreiras dos servidores de Maceió

O prefeito de Maceió, Rodrigo Cunha, sancionou nesta sexta-feira (7) um pacote com seis leis voltadas à reorganização das carreiras do funcionalismo municipal e à valorização dos servidores públicos. As normas contemplam categorias da administração municipal, agentes de trânsito, integrantes da Guarda Civil Municipal e fiscais de Obras e de Posturas.

As novas regras foram apresentadas durante uma reunião com representantes de sindicatos e associações no auditório da Prefeitura de Maceió. O encontro teve como objetivo detalhar a aplicação das medidas e discutir pontos relacionados às mudanças previstas para cada categoria.

Entre as alterações estão a criação da Gratificação de Incremento à Atividade Técnica e Administrativa (GIATA), a atualização do Serviço Voluntário Remunerado (SVR), a regulamentação da carreira dos agentes de trânsito, a criação da Escola Pública de Trânsito de Maceió (Eptran),

a implantação do Estatuto da Guarda Civil Municipal e a criação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos fiscais de Obras e Posturas.

Segundo Rodrigo Cunha, as medidas buscam corrigir distorções, organizar as estruturas profissionais e garantir novas perspectivas aos servidores.

“Essas leis são resultado de diálogo, responsabilidade e respeito por quem trabalha diariamente para fazer a Prefeitura funcionar e cuidar da nossa cidade. Estamos corrigindo distorções, estruturando carreiras e criando condições para que os servidores tenham reconhecimento, segurança e perspectiva de crescimento profissional. Valorizar o servidor também é melhorar o serviço que chega à população”, afirmou o prefeito.

Na área administrativa, a Lei nº 7.767/2026 criou a Gratificação de Incremento à Atividade Técnica e Administrativa (GIATA), que substitui a antiga Gratificação de Prêmio Desempenho. A nova legislação estabelece uma sistemática de valorização para servidores que atuam em funções administrativas, técnicas e operacionais da Secretaria Municipal de Gestão e Patrimônio (Semge).

Outra mudança envolve o Serviço Voluntário Remunerado (SVR). A Lei nº 7.768/2026 atualiza o valor pago pelo plantão de seis horas e permite reajustes anuais com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de decreto municipal.

Entre as categorias operacionais, os agentes de trânsito passam a ter uma nova regu-



lamentação de carreira. A Lei nº 7.773/2026 transforma os cargos de Agente de Fiscalização de Trânsito em cargos efetivos de Agente de Trânsito e define atribuições relacionadas à educação, fiscalização, operação, patrulhamento e segurança viária.

A legislação também prevê gratificação de risco de vida para a categoria. Já a Lei nº 7.774/2026 cria a Escola Pública de Trânsito de Maceió (Eptran), vinculada ao Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT), com atuação na formação, educação e planejamento de ações de mobilidade. A estrutura também ficará responsável pelas diretrizes para implantação do projeto CNH Social no município.

Para a Guarda Civil Municipal, a Lei nº 7.775/2026 estabelece um novo Estatuto da corporação, regulamentando organização, competências, carreira, direitos e deveres dos

integrantes.

A norma cria uma carreira única formada pelos cargos de Guarda Municipal, Subinspetor e Inspetor, com regras de progressão horizontal e promoção vertical. O texto também define critérios de hierarquia funcional e salarial e estabelece adicional de risco de vida para os servidores.

Já a Lei nº 7.776/2026 institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos fiscais de Obras e de Posturas. A medida organiza as duas carreiras, definindo regras de ingresso, atribuições, desenvolvimento profissional, garantias e remuneração.

MANDATOS EM XEQUE

Vereadores que trocaram PL pelo PSDB enfrentam nova batalha judicial em Maceió

A mudança de partido dos vereadores Chico Filho, Cal Moreira e Eduardo Canuto voltou a provocar uma disputa judicial que pode atingir diretamente os mandatos dos três parlamentares na Câmara Municipal de Maceió. Após deixarem o Partido Liberal (PL) e ingressarem no PSDB, os vereadores passaram a enfrentar uma nova tentativa de cassação por suposta infidelidade partidária.

A troca de legenda ocorreu em meio à articulação política para fortalecer o projeto tucano nas eleições de 2026, com a formação

de uma chapa competitiva para deputado federal, que poderá contar com nomes como Marina Cândia ou Eudócia Caldas.

O primeiro capítulo da disputa foi iniciado pelo próprio PL, que entrou na Justiça Eleitoral pedindo a perda dos mandatos dos vereadores sob o argumento de que houve desfiliação partidária sem justa causa. O processo, porém, acabou arquivado após um acordo político entre a legenda e os parlamentares.

A desistência do partido, no entanto, não encerrou a batalha. Os suplentes João Tigre e Salete Tavares decidiram assumir a disputa e ingressaram com uma nova ação, defendendo que o direito à vaga pertence ao partido e que a retirada do processo pelo PL não impediria a busca judicial pelos mandatos.

Segundo a defesa dos suplentes, representada pelo advogado Dagoberto Omena, a legislação eleitoral garante legitimidade aos suplentes para questionar mudanças partidárias consideradas irregulares e reivindicar as cadeiras ocupadas pelos vereadores.

O novo processo cria um cenário de instabilidade política para Chico Filho, Cal Moreira e Eduardo Canuto, que além de defenderem seus mandatos na Câmara Municipal, também passaram a atuar na construção da estratégia eleitoral do PSDB para 2026.

Caso a Justiça Eleitoral aceite a argumentação dos suplentes, os três vereadores poderão perder os cargos antes mesmo do encerramento do próximo ciclo eleitoral, alterando a composição da Câmara

de Maceió.

Nos bastidores, a avaliação é de que a ação poderá acompanhar todo o calendário eleitoral e se transformar em um fator de pressão sobre os parlamentares, que agora precisam conciliar a campanha política com uma disputa jurídica pelo direito de permanecer no Legislativo municipal.

Chico Filho, Cal Moreira e Eduardo Canuto podem ter futuro político afetado por ação movida por suplentes



NOCAUTE

Vereador reivindica número usado por Canuto e dispara críticas nos bastidores

Briga pelo 4500 coloca Kelmann Vieira contra ex-campeão mundial de kickboxing Eduardo Canuto no ringue político do PSDB

A disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados pelo PSDB em Alagoas ganhou um novo capítulo de tensão após o vereador de Maceió Kelmann Vieira afirmar que será candidato a deputado federal com o número 4500, identificação que já vinha sendo associada ao também vereador Eduardo Canuto, ex-lutador de renome mundial. O impasse transformou a escolha do número eleitoral em mais um foco de conflito dentro da legenda e expôs uma briga interna pela composição da chapa proporcional.

Kelmann reagiu depois de ter ficado fora, inicialmente, da lista de candidatos apresentada durante a convenção partidária da federação PSDB/Cidadania. Inconformado com a decisão, o vereador publicou críticas nas redes sociais e questionou os critérios utilizados pelo partido para definir os nomes que disputariam as eleições de 2026.

Na avaliação de Kelmann, sua saída do MDB e a decisão de integrar o grupo político ligado ao ex-prefeito de Maceió JHC deveriam ter sido consideradas pela direção partidária. O vereador afirmou que colocou seu próprio mandato em risco ao mudar de legenda e cobrou explicações sobre a permanência de outros nomes na disputa. “Perguntar não ofende, mas por que o filho de Luciano Barbosa, que vota e apoia Renan, foi aprovado na con-venção, enquanto eu, que sou do PSDB, voto no JHC, deixei o MDB e coloquei meu mandato em jogo, fui simplesmente cortado?”, questionou.

Após a repercussão da cobrança, Kelmann afirmou ter recebido a garantia de que seu nome seria incluído na ata da convenção. Segundo ele, a confirmação teria sido feita por Francisco Sales Filho, dirigente ligado ao partido. O vereador também declarou que sua candidatura será registrada com o número 4500, aumentando a disputa nos bastidores, já que o número estava relacionado ao vereador Eduardo Canuto,



JHC, Kelmann e Gustavo: a rasteira do ex-prefeito

outro nome da chapa tucana. “Agora o bicho vai pegar! E quem tiver voto que mostre na urna, porque eu tô voando feito foguete!”, afirmou Kelmann ao anunciar sua permanência na corrida eleitoral.

O conflito ganhou ainda mais combustível após Kelmann fazer críticas a Gustavo Lima, candidato do mesmo grupo, acusando o colega de ter tentado aproveitar sua ausência na convenção para defender a entrada de outro nome em seu lugar. “Ele aproveitou que eu não fui para a convenção e foi dizer que era para botar outro no meu lugar”, declarou o vereador. Kelmann também questionou a postura política do adversário interno e

afirmou que sua trajetória de apoio ao grupo de JHC não estaria em dúvida. “Ele tem que entender que antes de achar que tem prestígio com JHC, tem que comer muita farinha e ter coragem como eu tenho”, disse.

O vereador ainda provocou o colega ao afirmar que haveria falta de coerência política nas alianças. “De manhã está com JHC e à tarde está com Renan. Eu não preciso mostrar minha fidelidade nem minha coragem”, declarou.



Eduardo Canuto já faz campanha com o número 4500



Em postagem, Kelmann se diz candidato a federal também com o 4500

NOTA DEZ

Municípios alagoanos se destacam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental

Alagoas coloca cinco cidades entre as melhores do Brasil no Ideb

Alagoas colocou cinco municípios entre os melhores desempenhos do país no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2025. Santana do Mundaú, União dos Palmares, Coruripe, São José da Laje e Branquinha aparecem nas listas nacionais de destaque, ao

lado de cidades do Ceará, estado que mantém histórico de bons resultados na educação pública.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, Santana do Mundaú e União dos Palmares alcançaram resultados de destaque. O Ideb combina o desempenho dos estudantes em Português e Matemática, avaliado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com os índices de aprovação e reprovação registrados pelas redes de ensino. A escala varia de zero a dez.

O desempenho alagoano também aparece com força nos anos finais. Santana do Mundaú alcançou Ideb 9,2, enquanto Coruripe e São José da Laje registraram 8,8. Branquinha fechou o grupo dos dez melhores municípios do país, com 8,6. A liderança nacional nessa etapa ficou com Deputado Irapuan Pinheiro, no Ceará, com 9,3.

O Ceará, por sua vez, concentrou grande parte dos municípios com as maiores notas. Deputado Irapuan Pinheiro, Iraporanga, Coreaú, Pires Ferreira e Pedra Branca aparecem entre os destaques nacionais. O estado tem em Sobral seu principal exemplo de transformação da rede pública, especialmente pelas políticas voltadas à alfabetização. Em 2025, o município alcançou 9,6 nos anos iniciais e 8,0 nos anos finais.

Os resultados também mostram uma evolução da educação básica brasileira nas últimas duas décadas. Em 2005, 4.110 municípios apresentavam Ideb inferior a 5 nos anos iniciais. Vinte anos depois, esse número caiu para 442. O Ministério da Educação informou que pretende oferecer acompanhamento específico às cidades que ainda apresentam baixos indicadores, com medidas destinadas a melhorar o desempenho das redes de ensino.



PREVENÇÃO ELEITORAL

Órgãos vão compartilhar informações, agilizar denúncias e capacitar promotores para as Eleições 2026

MP articula força-tarefa contra assédio eleitoral em Alagoas

O Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) decidiram ampliar a atuação conjunta contra o assédio eleitoral em Alagoas durante as Eleições 2026. Em reunião realizada na quarta-feira (5), as instituições definiram mecanismos para integrar informações, organizar o encaminhamento de denúncias e intensificar ações educativas destinadas a proteger a liberdade de escolha dos trabalhadores.

O encontro reuniu o procurador regional eleitoral em Alagoas, Marcial Duarte Coêlho, e os procuradores do Trabalho Luiz Felipe dos Anjos e Cláudia Soares. Entre as medidas

previstas está a realização de uma capacitação do MPT para promotores eleitorais que atuarão no próximo pleito. A proposta é preparar os membros do Ministério Público para identificar e responder com maior rapidez a situações de pressão ou interferência política no ambiente profissional.

Segundo Marcial Duarte Coêlho, a atuação coordenada entre os órgãos busca impedir que relações de trabalho sejam utilizadas para interferir na decisão do eleitor. “A liberdade de voto é um dos pilares da democracia e não pode ser comprometida por qualquer forma de coação ou constrangimento”, afirmou o procurador regional eleitoral.

Além da atuação institucional, MP Eleitoral e MPT pretendem promover ações de conscientização destinadas a empregadores, trabalhadores e à sociedade. A iniciativa deverá explicar quais comportamentos podem configurar assédio eleitoral e orientar sobre os canais disponíveis para o registro de denúncias.

Campanha interna

O Ministério Público Federal em Alagoas também colocou em andamento a campanha “Voto Livre de Assédio”, voltada

a procuradores, servidores, estagiários e colaboradores da instituição. Coordenada pela Comissão Local de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (CLPEAD), a iniciativa apresenta conteúdos educativos sobre liberdade política no ambiente profissional.

A campanha diferencia o debate democrático de práticas que podem caracterizar assédio, como pressão, ameaça, constrangimento ou promessa de vantagem para influenciar a posição política de outra pessoa.

Como ocorre

O assédio eleitoral pode ser praticado por empregadores, superiores hierárquicos, gestores públicos ou qualquer pessoa que utilize uma posição de autoridade para tentar interferir na escolha política de trabalhadores. A conduta também pode ocorrer entre pessoas que ocupam a mesma posição hierárquica.

Entre os exemplos estão ameaças de demissão ou fechamento de empresas, promessas de benefícios condicionadas ao voto, exigência de participação em atos de campanha, distribuição coercitiva de material eleitoral e imposição do uso de roupas ou símbolos ligados a candidatos ou partidos.

Denúncias podem ser encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho pelo site institucional, na área de Serviços/Denúncias. Também é possível registrar o caso pelos telefones 3201-5000, em Maceió, e 3521-9250, em Arapiraca. O denunciante pode optar pelo anonimato.

FATOS
Em **FOCO**
COM WILLAMES DE MELO

FELIZ ANIVERSÁRIO



O aniversariante do mês de agosto é o nosso colunista e conselheiro tutelar do município de Rio Largo, Willames de Melo. No dia 9, a comemoração será em dose dupla: aniversário e também a celebração alusiva ao Dia dos Pais. Willames reunirá familiares e amigos para festejar as duas datas especiais.

MEMORIAL UFAL

Um memorial criado na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) para homenagear 145 vítimas da violência e pessoas desaparecidas no estado ganhou uma nova identidade visual desenvolvida por uma estudante de Design. O projeto busca dar visibilidade novamente às histórias representadas pelas árvores do Bosque da Vida, localizado no Campus A.C. Simões, em Maceió.

OPERAÇÃO FLANELINHA

Agentes da Operação Policial Litorânea Integrada (Oplit) realizaram uma ação no entorno do Centro de Convenções de Maceió para coibir possíveis crimes praticados por guardadores de carros, conhecidos como “flanelinhas”. A fiscalização foi motivada por denúncias de extorsão, ameaças a motoristas e cobranças abusivas pelo uso de vagas em áreas públicas.

CONVOCAÇÃO DISPONÍVEL

Os mesários e as mesárias convocados para atuar nas Eleições 2026 já podem acessar e baixar a carta de convocação diretamente pelo Portal do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL). O documento está disponível na área de Autoatendimento e pode ser consultado a qualquer momento, sem a necessidade de aguardar o recebimento da versão impressa.

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Proposta prevê intercâmbio de experiências e ações voltadas à formação, cidadania e aproximação com a sociedade

Câmara de Maceió articula parceria com UFAL e Coimbra

A Câmara Municipal de Maceió iniciou tratativas com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, para ampliar as ações da Escola do Legislativo. A proposta é criar uma parceria voltada à troca de experiências e ao desenvolvimento de iniciativas nas áreas de educação, cidadania, qualificação de servidores públicos e aproximação entre o Legislativo e a população.

A articulação foi discutida na tarde desta terça-feira (4), durante reunião entre o presidente da Câmara, Chico Filho, o professor doutor Jorge Alves Correia, da Faculdade de Direito de Coimbra e assessor jurídico do primeiro-ministro de Portugal, e o diretor da Faculdade de Direito da UFAL, professor Filipe Lôbo Gomes.

Durante o encontro,



Chico Filho apresentou aos professores projetos desenvolvidos pelo Legislativo municipal para ampliar a participação da população e aproximar a instituição das comunidades. Entre as iniciativas citadas

estão o Plenarinho, o Circuito Câmara e o Na Tribuna, além dos programas de qualificação permanente destinados aos servidores.

O presidente também abordou

aspectos relacionados à urbanização de Maceió e aos potenciais econômicos e turísticos da capital. A intenção, segundo ele, é aproveitar a aproximação com as instituições de ensino para incorporar novas experiências à atuação da Câmara.

“Uma honra dialogar com os professores das universidades de Alagoas e de Coimbra para conversar sobre possibilidades e parcerias para a nossa Escola do Legislativo. Seria muito interessante para a Câmara, para os vereadores e para os servidores termos essa troca de experiências, que fortalece a educação e dialoga diretamente com as comunidades”, afirmou Chico Filho.

Também participaram da reunião o procurador-geral da Câmara, Henrique Tenório; o procurador legislativo, Elvis Silveira; o diretor da Escola do Legislativo, Rodolfo Barros; e o diretor de Comunicação, Alexandre Lino.



OPORTUNIDADES

Evento terá participação de cerca de 40 empresas e entidades nos dias 7 e 8 de agosto, no Benedito Bentes

Festival de Empregos reúne 2,5 mil vagas em Maceió

A Câmara Municipal de Maceió destacou, durante a sessão desta terça-feira (4), a realização do 1º Festival de Empregos, iniciativa da Prefeitura que pretende aproximar trabalhadores de empresas e ampliar o acesso a oportunidades no mercado. O evento será realizado nos dias 7 e 8 de agosto, a partir das 10h, no Shopping Pátio Maceió, no Benedito Bentes.

O secretário Municipal de Indústria, Comércio e Serviços, Júnior Pinheiro, apresentou aos vereadores os detalhes da programação e explicou como funcionará o atendimento ao público. A iniciativa reunirá aproximadamente 40 empresas e disponibilizará cerca de 2.500 vagas, além

de entrevistas, processos seletivos, cadastramento de currículos e serviços voltados à empregabilidade.

A programação também terá ações de qualificação profissional e empreendedorismo. Segundo o secretário, haverá oportunidades para diferentes perfis, incluindo estagiários, jovens aprendizes e

pessoas com deficiência (PCD).

As vagas abrangem setores como comércio, varejo, supermercados, atacado, serviços, construção civil, indústria, saúde, hotelaria, turismo, alimentação, logística, transporte, teleatendimento, tecnologia, limpeza e conservação. Também serão oferecidas oportunidades nas áreas

administrativa, atendimento, vendas, produção, operações, manutenção e tecnologia da informação.

“Será uma grande oportunidade para a população de Maceió que está em busca de trabalho”, afirmou Júnior Pinheiro. Segundo ele, a diversidade de áreas e perfis profissionais deve ampliar o alcance da iniciativa e facilitar o contato entre candidatos e empresas.

Após a apresentação, o presidente da Câmara, Chico Filho, parabenizou a Prefeitura pela realização do festival. Os vereadores Allan Pierre, David Empregos, Jônatas Omena e Teca Nelma também destacaram a iniciativa e a oferta de oportunidades para quem busca ingressar ou retornar ao mercado de trabalho.



MEMÓRIA E BASTIDORES

Arquivos históricos resgatados pela federação comprovam a equivalência dos campeonatos entre 1918 e 1926 e reacendem a rivalidade no futebol alagoano

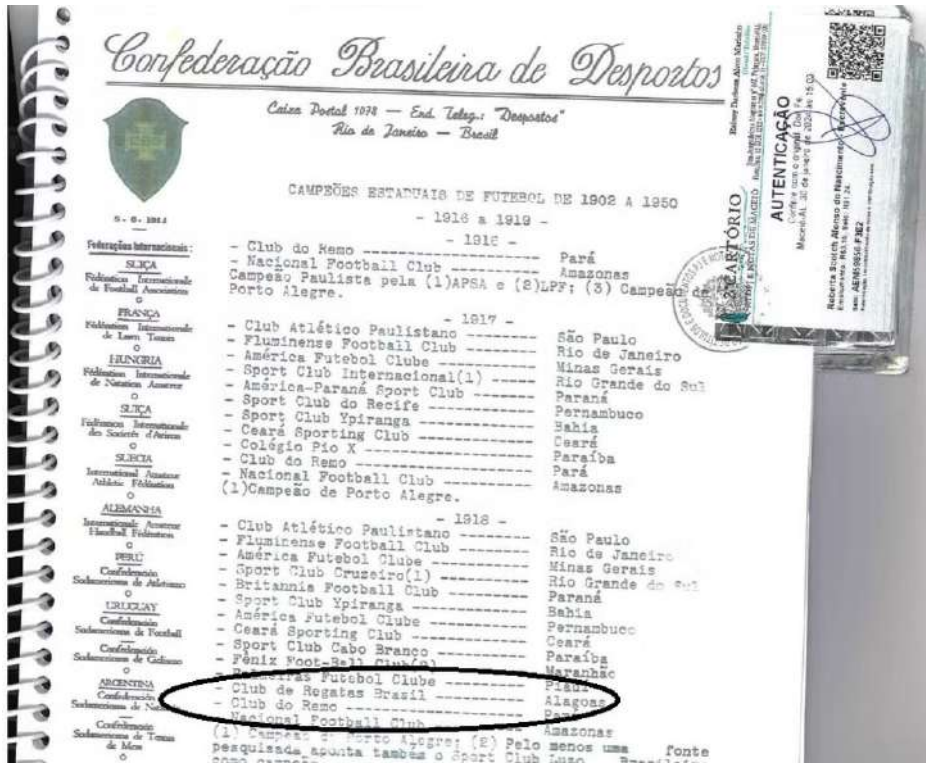
Documentos da antiga CBD divulgados pela FAF explicam a unificação dos títulos estaduais do CRB

Uma revelação documental vinda diretamente dos arquivos esportivos nacionais sacudiu as estruturas do futebol de Alagoas. Na quinta-feira, 6 de agosto de 2026, a Federação Alagoana de Futebol (FAF) tornou públicos os documentos originais da extinta Confederação Brasileira de Desportos (CBD) que serviram de base jurídica e institucional para o recente reconhecimento e a unificação das conquistas estaduais do Clube de Regatas Brasil referentes ao

período de 1918 a 1926. A divulgação dos arquivos esclareceu o arcabouço normativo que chancelou a revisão histórica promovida pela CBF. De acordo com as certidões e relatórios oficiais emitidos pela CBD à época, as edições do Campeonato Alagoano disputa-das naquela década possuíam chancela oficial e caráter de representação esta-dual plena, cumprindo todos os requisitos formais de filiação exigidos pela entidade máxima do desporto brasileiro. O resgate documental atendeu a um pedido formal encaminhado pelo presidente da FAF, Felipe Feijó, e pelo departamento de memória do CRB, chefiado pelo historiador do clube. Com a validação formal das nove taças remanescentes, o Regatas alterou oficialmente a sua contagem de conquistas

estaduais, ultrapassando o rival CSA no ranking geral de títulos do Campeonato Alagoano. Como era de se esperar, a divulgação dos papéis oficiais provocou forte reação nos bastidores e inflamou as redes sociais entre os torcedores da capital. Enquanto a diretoria alvirrubra celebrou a reparação de um hiato histórico na galeria de troféus da Pajuçara, juristas e dirigentes ligados ao rival questionaram os critérios de equivalência das competições do início do século passado, reacendendo um debate apaixonado sobre a historiografia do esporte local.

O caso ganha contornos de marco institucional para o futebol do Nordeste ao demonstrar o valor da pesquisa documental na consolidação da memória dos clubes. A expectativa da FAF é de que a disponibilização pública dos documentos encerre as dúvidas jurídicas sobre a legitimidade da homologação e consolide o novo quadro de campeões reconhecido nos registros oficiais da CBF.



TECNOLOGIA NO GRAMADO

CBF confirma uso de impedimento semiautomático a partir das quartas de final da Copa do Brasil

A Confederação Brasileira de Futebol decidiu intervir diretamente no formato de arbitragem da principal competição de mata-mata do país. Na quinta-feira, 6 de agosto de 2026, a comissão de arbitragem da entidade confirmou formalmente que a tecnologia de impedimento semiautomático passará a ser utilizada em todas as partidas a partir da fase de quartas de final da Copa do Brasil, após a conclusão dos últimos confrontos das oitavas entre Corinthians, Internacional, Vitória e Athletico Paranaense. A implementação acelerada da ferramenta



atende a uma exigência crescente de clubes e comissões técnicas. O sistema utiliza um conjunto de câmeras de alta precisão instaladas nos estádios para rastrear a movimentação dos atletas e da bola em tempo real, gerando renderizações tridimensionais que são enviadas diretamente à cabine do

VAR. O objetivo central da CBF é reduzir drasticamente o tempo médio de paralisação para checagem de linhas milimétricas, diminuindo a margem de erro humano em lances decisivos. A medida foi viabilizada pelo fato de que todas as Arenas dos clubes classifica-dos já

Entidade busca acelerar decisões do VAR e estancar polêmicas após sequência de erros contestados na fase de oitavas de final



contam com a infraestrutura homologada para o recurso, que vinha sendo aplicado nas rodadas do Brasileirão. O sorteio que definirá os confrontos das quartas de final e o chaveamento até a decisão será realizado na próxima terça-feira, 11 de agosto, na sede da CBF, no Rio de Janeiro, já sob o novo protocolo tecnológico.

CRISES NA GOVERNANÇA

Proposta do presidente Gianni Infantino para criar empresa privada reacende ameaça de boicote na cúpula do futebol mundial

FIFA pressiona por privatização de direitos comerciais e provoca reação imediata da UEFA

Os bastidores da diplomacia esportiva internacional voltaram a entrar em colapso. Na quinta-feira, 6 de agosto de 2026, executivos do conselho restrito da entidade máxima do futebol foram surpreendidos por uma exigência do presidente da FIFA, Gianni Infantino. O dirigente apresentou em ritmo de urgência a proposta para a criação da FIFA Forward Enterprise, uma estrutura empresarial destinada a abrir espaço para investidores privados na comercialização de

ingressos, patrocínios e direitos de transmissão das principais competições globais.

A iniciativa de Infantino busca centralizar o faturamento e atrair fundos estrangeiros para acelerar receitas financeiras nas próximas temporadas. Contudo, a medida foi interpretada por dirigentes europeus como um movimento unilateral para esvaziar o poder de decisão das federações filiadas e transferir a gestão de ativos históricos do esporte para acionistas corporativos, enfraquecendo os mecanismos tradicionais de governança.

A reação foi imediata e dura. A cúpula da UEFA, liderada por seus principais executivos e apoiada por representantes da CONCACAF

e da Confederação Asiática de Futebol (AFC), posicionou-se contra a aprovação acelerada do projeto. Como medida de protesto, a entidade europeia confirmou que manterá a decisão de boicotar os encontros institucionais e comitês organizadores da FIFA, congelando o diálogo entre as duas maiores potências do futebol mundial.

Além do atrito político, a proposta acendeu alertas de governança sobre a possível entrada de investidores associados a personagens do cenário político norte-americano. A falta de consulta prévia e o prazo exíguo estipulado para adesão das confederações ampliaram os questionamentos sobre transparência administrativa,

fazendo com que até federações aliadas do Oriente Médio reconhecessem a necessidade de recuo para evitar uma cisão definitiva.

A manutenção do impasse cria uma incerteza inédita no calendário e na organização de torneios futuros. Integrantes do ecossistema do futebol demonstram preocupação com o impacto que a divisão entre FIFA e UEFA pode causar na distribuição de cotas financeiras e na relação com patrocinadores globais, evidenciando uma crise política cujo desfecho depende da capacidade de Infantino em reconstruir pontes institucionais nas próximas semanas.

ZUBELDÍA ASSUME CULPA

Luis Zubeldía assumiu a responsabilidade pela eliminação do Fluminense na Copa do Brasil após a derrota por 3 a 1 para o Vasco, no Maracanã. O treinador reconheceu que a equipe teve um primeiro tempo muito abaixo do esperado e não conseguiu reagir a tempo. Para o técnico, os erros de posicionamento e a dificuldade para controlar as transições pesaram no resultado. Apesar da queda, Zubeldía pediu confiança ao torcedor e afirmou acreditar na recuperação da equipe na Libertadores.



JOÃO NETO MIRA ESPAÇO

De volta após mais de dois meses afastado por lesão, João Neto espera ganhar espaço no CRB com a chegada de Fábio Matias. O centroavante foi relacionado na vitória por 2 a 0 sobre o Vila Nova, mas ainda não voltou a entrar em campo. Segundo o jogador, a mudança no comando técnico trouxe uma nova dinâmica ao elenco e abriu oportunidades para quem vinha atuando menos. Recuperado, João garante estar trabalhando forte para aproveitar a próxima chance.



UFC PERDE MILHÕES

O UFC registrou prejuízo de US\$ 30 milhões, cerca de R\$ 155 milhões, com o evento realizado nos jardins da Casa Branca, em junho. O UFC Freedom 250 não teve venda de ingressos, enquanto os custos ficaram acima do padrão habitual da organização. Mesmo com o resultado financeiro negativo, a TKO Group classificou a iniciativa como bem-sucedida pelo alcance comercial e pela exposição obtida. A transmissão alcançou média de 8,2 milhões de espectadores nos Estados Unidos e na América Latina.



VERSTAPPEN CRITICA

Max Verstappen voltou a criticar o regulamento da Fórmula 1 para 2026 e concordou com a análise feita por Gabriel Bortoleto sobre a necessidade de adaptação dos pilotos. O brasileiro afirmou que os competidores precisam se adaptar ao comportamento de cada carro, em vez de depender de um estilo fixo de pilotagem. Verstappen concordou e destacou que a capacidade de adaptação se tornou ainda mais importante na atual temporada. O tetracampeão também classificou o cenário atual da categoria como uma verdadeira "selva".

REGULAMENTAÇÃO EM PAUTA

Decisão suspende análise sobre a Lei das Contravenções Penais no momento em que o impacto das bets no esporte gera debates intensos

Ministro Flávio Dino pede vista e paralisa julgamento sobre apostas esportivas no STF

O Supremo Tribunal Federal voltou a ser o centro das atenções do meio esportivo e jurídico do país. Na quinta-feira, 6 de agosto de 2026, o ministro Flávio Dino solicitou vista dos autos e interrompeu o julgamento do recurso extraordinário que discute a recepção do artigo 50 da Lei das Contravenções Penais pela Constituição de 1988, paralisando

a definição da Corte sobre a exploração de jogos de azar e o mercado de apostas esportivas no Brasil.

A paralisação ocorre em um cenário no qual a presença das empresas de apostas virtuais transformou a estrutura financeira dos clubes brasileiros. Com o patrocínio das chamadas bets presente na maioria das camisas das séries A e B do Campeonato Brasileiro, a discussão ultrapassou a esfera penal pura e passou a impactar diretamente a gestão do futebol, a integridade das partidas

e a saúde financeira das famílias.

Ao fundamentar o pedido de vista, o ministro Flávio Dino defendeu a necessidade de ajustar o escopo da discussão para incluir expressamente os impactos da Lei das Bets. Dino destacou que o tribunal precisa manter coerência, questionando a lógica de tratar com rigor punitivo modalidades tradicionalmente proibidas enquanto o mercado digital avança sem os devidos contrapesos, o que exige uma análise coordenada antes da fixação de uma tese vinculante.

Com o pedido de vista e as divergências apresentadas por outros ministros sobre a unificação de ações correlatas, a tramitação do processo não tem data definida para retornar ao plenário da Corte. O adiamento mantém em suspenso a consolidação das diretrizes jurídicas para o setor, enquanto clubes e órgãos reguladores acompanham de perto os desdobramentos que podem redefinir os limites comerciais do futebol nacional.

